

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.607.302 - SP (2019/0316494-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : AUTO POSTO UNIVERSITARIO DE MARILIA LIMITADA
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DE GOES - SP111272
SOC. de ADV. : A. C. GOES SOCIEDADE DE ADVOGADOS
AGRAVADO : GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S.A.
AGRAVADO : GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : HAMILTON DONIZETI RAMOS FERNANDEZ - SP209895

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por AUTO POSTO UNIVERSITARIO DE MARILIA LIMITADA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

CONTRATO BANCÁRIO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (CHEQUES) -EMBARGOS DE TERCEIRO PROPOSTOS PELO VENDEDOR DOS BENS MÓVEIS - CLÁUSULA DE RESERVA DE DOMÍNIO - BEM QUE RETORNOU AO PATRIMÔNIO DO EMBARGANTE ANTE O DISTRATO - FRAUDE NÃO COMPROVADA - RECURSO NÃO PROVIDO

Defende o recorrente, em resumo, não ter dado causa aos embargos de terceiro, motivo pelo qual deve ser afastada sua condenação na sucumbência, trazendo os seguintes argumentos:

Ora, não havia, no registro público, nenhuma averbação sobre a "incrível" retomada. Desta feita, a decisão que as carrega ao recorrente está em antagonismo com a jurisprudência desta Corte, conforme precedentes insertos no paradigma que se junta, que se declara, sob responsabilidade veraz, que corresponde ao disponível no site deste C. Tribunal, [...]

Neste paradigma se assentou que " ... se os lotes indicados à penhora se encontravam inscritos no nome da empresa executada, não dando o embargado, pois, causa de modo objetivamente injurídico aos embargos ... não lhe podem ser impostos os ônus sucumbenciais", ao passo que no paragonado se assentou que " ... Como a exequente, ao anotar a execução junto ao Detran, tinha ciência da reserva de domínio sobre os bens, assumiu o risco de eventual distrato , o que acabou por acontecer. Assim, não há como reconhecer que a embargante

teria dado causa aos embargos de terceiro. (...)".

Em outras palavras, enquanto o E. TJSP reconhece a responsabilidade do exequente-embargado-recorrente sucumbência, esta C. Côrte, atada ao princípio da causalidade, real responsável pela interposição da demanda...

[...]

Ora, assim fica fácil, mormente porque a recorrida usou de um estranho distrato, sem reconhecimento de firma e sem registro... Como poderia a recorrente precaver-se disto? As vezes não é possível evitar o engodo, a fraude, mas também não se pode facilitá-la tanto. Assim, preenchidos todos os pressupostos objetivos e subjetivos, extrínsecos e intrínsecos, com prequestionamento e não tratando-se de revolvimento do quadro fático (a penhora de direito e o distrato sem reconhecimento de firma e sem registro são fatos incontroversos), requer recebimento, conhecimento e provimento do presente recurso especial, para afastar a sucumbência de quem já foi vítima de inegável fraude à execução. (fls. 412/413).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ademais, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma

vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido: “Não se conhece de recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial quando esta não esteja comprovada nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 (reeditado pelo art. 1.029, § 1º, do NCPC), e 255 do RISTJ. Precedentes”. (AgInt no AREsp 1.615.607/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp 1.575.943/DF, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 2/6/2020; AgInt no REsp 1.817.727/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 18/5/2020; AgInt no AREsp 1.504.740/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 8/10/2019; AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente